

Demonstrativos, discurso e referência

Sílvia Helena Barbi Cardoso¹

Abstract

From the analysis of the demonstrative pronouns of spoken Portuguese, this work proposes that demonstrative pronouns, functioning either as determiners or as noun phrases as a whole, constitute a privileged place of contact that the discourse event keeps with its specific exterior or with its interdiscursive domain. This historical domain provides the ideological antecedents so that discourse constructs reference.

Introdução

A tradição lingüística faz uma oposição enérgica entre os demonstrativos dêíticos, utilizados na indicação de objetos presentes na situação imediata, e os demonstrativos anafóricos, utilizados nas retomadas textuais de algum termo antecedente. O mesmo pode ser afirmado com relação à tradição gramatical em língua portuguesa. Na gramática de João de Barros (1971), *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, já aparece tal oposição: o pronome demonstrativo **este** deve ser entendido como “dêítico”, por oposição ao pronome **esse**, que deve ser entendido como “anafórico”.

Essa tradição sempre considerou como função primeira dos demonstrativos sua função dêítica, ostensiva, deixando sua função anafórica à marginalidade. Mesmo mais recentemente o fato se mantém: com o desenvolvimento das pesquisas do fenômeno enunciativo, sobretudo com os trabalhos de Jakobson e Benveniste, somente a função dêítica dos demonstrativos mereceu entrar no quadro da enunciação. Benveniste (1966), considerando a questão anafórica somente com referência aos pronomes (de acordo com uma tradição que remonta a Apolônio Díscolo, na Grécia Antiga), relega a função anafórica dos demonstrativos a um fenômeno puramente sintático, ao domínio daquilo que o autor categorizou como “terceira pessoa”. A “terceira pessoa”, na qual Benveniste inclui todo o sistema anafórico da

1 UFMG

língua, cumpre uma função referencial representacional ou constativa, por oposição à primeira e segunda pessoas, que cumprem uma função enunciativa ou discursiva.

Mesmo quando a anáfora conquistou um lugar de destaque, neste século, com o advento da Lingüística Textual, sobretudo com o trabalho de Halliday e Hasan (1976), que reconheceu com um modo privilegiado de referência o próprio contexto lingüístico, a questão anafórica continuou às margens do fenômeno enunciativo, circunscrita ao mecanismo semântico-sintático do texto.

Tendo pesquisado a significação dos demonstrativos no discurso oral (Cardoso 1994), na perspectiva teórica da análise do discurso francesa, constatamos que o demonstrativo, anafórico e dêitico (exofórico), constitui um lugar privilegiado de contacto que o discurso que se constrói na interlocução (acontecimento discursivo) mantém com o seu exterior específico, ou o seu *interdiscurso* (Pêcheux, 1975), o lugar que oferece os antecedentes de tal construção.

A anáfora pronominal demonstrativa, no discurso oral, não é determinada por um mecanismo estritamente lingüístico, como quer a tradição, mas por um *processo discursivo* (Pêcheux, 1975), enquanto um sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias dentro de uma mesma formação discursiva. A anáfora extrapola, pois, o nível textual, constituindo um fenômeno de um nível discursivo mais amplo.

A esse mesmo nível pertence um emprego específico dos demonstrativos exofóricos, o que equivale a afirmar que esses demonstrativos não são determinados exclusivamente pela pragmática elementar do aqui e agora do acontecimento enunciativo, mas por um eixo histórico mais amplo.

Este artigo tem como objeto refletir a questão da referência dos demonstrativos do português falado, e mostrar, com alguns exemplos, que a referência dos demonstrativos se dá na sua relação com o *processo discursivo* de uma formação discursiva.

Usaremos como corpus o discurso do ex-presidente Fernando Collor de Mello, de 04/04/91, em que o ex-presidente declarou à nação ter nascido com **aquilo** roxo. Enumeraremos entre parênteses as ocorrências dos demonstrativos no discurso.

1. O discurso do presidente

Juazeiro do Norte (50 km ao sul de Fortaleza-CE, Brasil), 03 de abril de 1991. Domingo pela manhã. Solenidade de liberação de verbas para a região. 15 milhões (moeda nacional) para o Nordeste (destinados ao crédito agrícola), 900 milhões para o Ceará (destinados à criação de frentes do trabalho), 880 milhões para Fortaleza (drenagem dos rios) e 6,1 bilhões para

Juazeiro (água e esgoto). Uma multidão de aproximadamente 30 mil pessoas (segundo a PM), policiais à paisana e seguranças da Presidência. Três faixas de protestos ostentadas por cerca de 40 mil sindicalistas e militantes do PT, PC do B, PSB e PDT: “Pela derrubada do governo Collor”, “Devolva o leite do bebê”, e “Em defesa das estatais e do ensino público”. O primeiro discurso, o do prefeito Carlos Alberto da Cruz (PSDB). Tumulto, confusão durante pelo menos 20 minutos. Um dos manifestantes, membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) necessita ser medicado no pronto-socorro (pancadas no abdômen). Segue outro manifestante, com sangue na boca e no nariz. Cerca de 10 pessoas são espancadas. As faixas são tomadas pelos agentes de segurança pessoal do presidente. Até o secretário do Desenvolvimento Regional da Presidência, Egberto Batista, entra na multidão para ajudar a retirar as faixas. Os manifestantes levantam outra: “Governo corrompido, Brasil em branco e preto”. Essa permanece à vista até o final da solenidade. O Presidente Fernando Collor de Mello, 41, eleito chefe de Estado pelo sufrágio universal, voto direto e soberano, entrega cestas de alimento para pessoas carentes cadastradas no programa “Gente da Gente”. 9h30. Finalmente, o discurso presidencial! Ao lado do presidente, o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), o presidente do Congresso, Mauro Benevides (PMDB-CE), e o Frei Damião, 92 (sem partido). Discurso inflamado, destemperado, discurso de improviso:

*Minha gente amiga do Juazeiro,
minha gente amiga do Ceará,*

Há mais ou menos um ano atrás, eu aqui estive, em Juazeiro, caminhei do campo de pouso até o Franciscano, junto com milhares de vocês, para trazer a mensagem de paz, a mensagem de futuro, a mensagem de esperança para todos vós nordestinos.

*Naquela (1) data, em que aqui estive, o nosso frei Damião comemorava seus 91 anos, e eu me lembro bem que, quando entramos no Franciscano, havia um bolo muito bonito, preparado para frei Damião, em cima do bolo, uma imagem de São Francisco; depois que cantamos os parabéns para frei Damião, e depois que ele cortou uma fatia do bolo, ele retirou a imagem de São Francisco, entregou-a a mim dizendo: ‘Presidente, eu quero que **esta** (2) imagem lhe acompanhe até o palácio do governo’, e lá está São Francisco, ainda hoje na minha sala.*

Dizia também a Frei Damião que, se eleito presidente, pela vontade soberana da imensa maioria do povo brasileiro, eu voltaria aqui a Juazeiro, para agradecer a cada um de vocês a extraordinária vitória que concederam ao jovem candidato a presidente, do Nordeste, Fernando Collor.

Todos vocês sabem que eu venho daqui de perto, que venho das Alagoas, Estado que anualmente manda e envia muitos de seus filhos para participar da semana dedicada ao nosso querido Padre Cícero. Venho das Alagoas, terra sofrida, terra digna e terra que, como o Ceará e todo o Nordeste, precisa e merece, e haverá de ter, o apoio integral deste (3) governo para promover o seu desenvolvimento e a sua justiça social.

Vocês sabem como é difícil para o nordestino se firmar no cenário nacional. Saí do governo de Alagoas, dois anos e dois meses de governo, lutando contra os poderosos, contra aqueles (4) que humilhavam o nosso povo, e ia para a frente da luta, para a batalha direta, ofensiva, e não me escondia jamais numa (...) de gente histórica, gritando contra isso (5) ou contra aquilo (6). Não, não, eu lutei e encarei sozinho todos os meus adversários, nunca me vali da formação de qualquer tipo de aglomerado para fazer valer as minhas idéias e as minhas posições, e isso (7), minha gente, fez com que, saindo de Alagoas, vocês nem podem imaginar a dificuldade, saindo de Alagoas, conquistasse a confiança de toda a população brasileira, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Amazonas e do Rio Grande do Sul, o que permitiu pela primeira vez, em cem anos de história, que um nordestino assumisse a Presidência da República pelo voto direto, pelo voto soberano.

Temos já passado um ano de governo, e temos ainda quatro pela frente com inúmeros desafios a vencer. Eu comparo, minha gente, eu comparo a situação em que encontrei o Brasil como uma casa prestes a desmoronar, uma casa em ruínas, não adiantaria a gente construir apenas uma parede, porque a outra ficava apensa e ameaçava cair, não adiantava a gente sustentar o telhado com um pedaço de caibro, porque de qualquer maneira outro pedaço de telha poderia cair, então o que nós tivemos de fazer: reduzir isso (8), deixar apenas o alicerce, para partir do alicerce bem feito, construir uma nova sociedade, construir um novo Brasil, mais justo, mais fraterno, mais solidário, e é exatamente, minha gente, nesta (9) toada que nós estamos caminhando.

Vocês me conhecem, e sabem que eu sou homem de enfrentar desafios, eu enfrento todos os desafios que foram colocados diante de mim, não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de assombração, nem tenho medo de cara feia, isso (10) o meu pai já me dizia, desde que eu era pequeno, que eu havia nascido com aquilo (11) roxo, e tenho mesmo, para enfrentar todos aqueles (12) que querem conspirar contra o processo democrático.

*Nós vivemos hoje numa democracia, numa democracia em que o povo fala, o povo decide pelas urnas, as urnas deverão ser respeitadas **nesta** (13) país, pelo menos enquanto eu estiver na Presidência da República Federativa do meu querido Brasil.*

Mas, minha gente do Juazeiro, meu prezado governador, prefeito, presidente do Senado e do Congresso Nacional, que é do Ceará, deputados amigos que aqui estão presentes, e que nos dão sustentação parlamentar no Congresso Nacional.

*Ao chegar hoje a Juazeiro, eu venho também com a oportunidade que Deus me deu, na presença de frei Damião e de frei Fernando, trazer recursos para Juazeiro, para o seu sistema de água e para o seu esgotamento sanitário, para o seu saneamento. **Esses** (14) recursos são da ordem de 7 bilhões de cruzeiros, que serão investidos pelo seu prefeito nos próximos anos, trago também recursos para a capital Fortaleza, para o governador Ciro poder de alguma (...) ser auxiliado no trabalho de contenção que sempre as chuvas trazem quando caem mais fortemente sobre a nossa Fortaleza. Trago também 900 milhões para auxiliar nas frentes de trabalho que foram criadas aqui no Estado, e, mais do que **isto** (15), uma boa notícia para todos os pequenos agricultores: determinei ao Banco do Nordeste que libere 15 bilhões de cruzeiros para o crédito agrícola dos pequenos produtores.*

*Eu quero que vocês aproveitem **essa** (16) chuva que caiu por aí, para que possa plantar, e rezar a Deus, com a ajuda de frei Damião, para que venha em seguida, uma água que dê para regar, frutificar e nós termos uma boa colheita **este** (17) ano, com a graça de Deus.*

*Minha gente amiga do Juazeiro, vocês podem estar certos de que eu estou em Brasília, **naquele** (18) Palácio do Planalto, mas o meu coração e o meu pensamento estão voltados aqui para a minha terra, para o resto do Nordeste. Eu não acredito que possamos construir um Brasil desenvolvido se nós não pudermos investir maciçamente no Nordeste, e investimento tem que ser, minha gente, para permitir a implantação de novas indústrias, para desenvolver pólos industriais, de modo que **esses** (19) pólos gerem empregos, gerem renda, distribuição de riqueza, enfim, progresso e prosperidade para a população nordestina.*

*É exatamente **isso** (20) que nós estamos tratando de fazer, para nós termos o nosso trabalho mais facilitado e mais produtivo é necessário um entendimento entre os diversos setores partidários da vida pública brasileira. Eu sei que todos vocês querem, porque **este** (21) é um sentimento de Norte a Sul, de Leste a Oeste do país, o povo está querendo que suas lideranças políticas encontrem*

*formas e maneiras de poder conviver, de uma forma que traga benefícios e bem estar social para a nossa população carente, e é exatamente **isso** (22) que nós estamos aqui promovendo, o entendimento das diversas facções políticas do país, não só do Ceará, do país e do Nordeste, porque sempre com entendimento, com bom senso, com razão, com a conversa, e com diálogo é que nós poderemos trazer efetivamente mais e maiores benefícios para a população que mais necessita **desses** (23) benefícios.*

*É **esse** (24) entendimento, é **essa** (25) união nacional em que eu acredito firmemente, que eu lanço, aqui mais uma vez no Juazeiro, aproveitando as palavras ditas pelo governador do Ceará, que entende ser necessário deixarmos de lado divergências partidárias e ideológicas, para juntos, unidos, firmes, trabalharmos em favor do Ceará e do Brasil.*

Obrigado, minha gente, até outro dia.

(Folha de São Paulo, 04/04/91)

2. A interação verbal

Um dos elementos determinantes da referência dos elementos do discurso é a interação verbal. Quando falamos em **interação** é no sentido de Bakhtin (1929), para o qual o tu-interlocutor é constitutivo do eu-locutor.

Com relação ao discurso do Presidente, vejamos o que entendemos por interação.

O ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, no dia 03 de abril de 1991, comprometeu sua imagem de homem público e estadista, ao afirmar, dizendo repetir as palavras de seu pai, que nasceu com “aquilo roxo”.

Os efeitos de seu discurso, os quais podem ser resumidos como perplexidade, indignação, espanto, admiração, hilaridade etc., efeitos em todas as partes do país, dificilmente serão esquecidos pelos brasileiros que, de alguma forma, participaram do episódio.

A expressão “saco roxo”, maquiada no discurso do Presidente como “aquilo roxo”, é uma expressão popular, utilizada sobretudo nos discursos machistas. O termo “saco” é empregado nos discursos coloquiais para designar a bolsa que envolve os testículos. O “roxo”, na expressão, é uma alusão à cor que costuma caracterizar essa membrana em algumas crianças recém-nascidas, obviamente do sexo masculino. Quando um menino nasce com a membrana arroxeadada, a família, ou mais apropriadamente o pai do recém-nascido, festeja o “saco roxo” da criança como sendo uma promessa de infalível virilidade.

“Aquilo” é empregado no discurso do Presidente fora de sua função dêitica ou anafórica de demonstrativo. Também não equivale ao “x” de uma incógnita, isto é, a um vazio referencial a ser preenchido, porque o termo

“roxo” remete, numa visão discursiva, de memória, imediatamente a “saco”, com o qual nos discursos machistas populares forma a expressão “saco roxo”. “Aquilo”, no discurso do Presidente, parece ter sido empregado para atenuar o efeito de vulgaridade que o uso de “saco” poderia conferir ao discurso.

No entanto, apesar do eufemismo, a deselegância na retórica do ocupante do poder federal veio obscurecer a imagem de elegância fabricada para a corrida presidencial. Quando Fernando Collor de Mello assumiu o cargo, um ano antes, em 1990, Paulo Francis, jornalista brasileiro domiciliado em Nova York, exclamou: “Ele é bonito, alto, loiro”. No momento, o articulista, em cuja voz se desdobrava a voz de milhares de brasileiros, comparava o novo príncipe eleito com Luís Inácio da Silva, o Lula, candidato derrotado, considerado pela mídia um homem feio, moreno, baixo, gorducho, deselegante, sem contar que “não sabia falar direito” e que, antes de ingressar na política, tinha sido pobre e operário.

O discurso do Presidente, considerado demasiado vulgar por muitos, incorpora, no entanto, muitas vozes anônimas, vozes daqueles que medem o caráter, a força e a coragem do homem pela virilidade. Do interior de um discurso machista popular foi possível ao presidente enunciar, foi possível dizer que nasceu com “aquilo” roxo. Isso equivale a dizer que o discurso de Juazeiro do Norte, no qual o presidente ergueu sua potência sexual, constatada desde o berço pela figura paterna, se dirige a um público simpático ao machismo, ou pelo menos, que o Presidente pressuponha simpático. Foi esse público que constituiu, enquanto o “tu” da interação verbal, o discurso do Presidente. Segundo noticiaram os jornais da época, depois de ver o presidente Collor em Juazeiro do Norte, no dia do discurso, o vigia João Ferreira da Silva, em reportagem à imprensa, o comparou a seu pai Lampeão, o legendário herói do cangaço: “*Até hoje, homem de coragem como meu pai só teve um, é Collor de Mello, é macho mesmo*”.

Se o discurso do Presidente foi tomado como deselegante não o foi pelos “cabras machos de Juazeiro ou do Ceará” ou pelos “filhos de Lampeão”, isto é, por aqueles que o Presidente pressupunha acreditarem que o poder se mede pela força, que quanto mais forte for o governante, e mais viril, maior a capacidade de exercer o poder. Apoiado por esse público simpático ao machismo, o discurso do Presidente dirige-se, também, como arma de ataque, aos adversários presentes, sindicalistas e militantes políticos de outros partidos, sobretudo os de esquerda.

3. O sentido

Na determinação do sentido de uma palavra ou expressão, temos de considerar três níveis. Um primeiro nível, mais abstrato, pode-se dizer pertencente a uma comunidade lingüística que fala uma mesma *língua*. É o

nível das sistematicidades lingüísticas, em que os sentidos se dão na relação entre o significante e o significado de um signo linguístico e na relação do signo com os demais signos com o qual forma um sistema. Sem entrarmos em particularidades relativas a esse nível, é necessário dizer que não se trata de um sistema fechado, mas mais propriamente de um processo de sistematização constante, dado que os elementos estão em permanente mudança, assim como a relação entre eles. Todavia, dependendo de uma certa convergência no olhar, é possível pressupor uma certa estabilidade dos sentidos. É com vista nessa possível estabilidade que as gramáticas e os dicionários fazem os seus registros.

Um segundo nível, sócio-histórico, o dos “diferentes modos de discurso”, no qual as significações estão sujeitas a valores contraditórios, em virtude de fatores diversos, sobretudo classe e grupo social. Se no primeiro nível se pressupõe uma relativa estabilidade, o que vigora neste segundo nível é o conflito. Trata-se do domínio da *polissemia*, em que as expressões podem mudar de sentido dependendo das posições ideológicas daqueles que as empregam. As palavras e as expressões recebem o seu sentido no interior das *formações discursivas* (Pêcheux, 1975) em que são produzidas e reproduzidas. No interior das formações discursivas movimentam-se os *processos discursivos*, sistemas de relações de substituição, paráfrases, sinónimas¹. Daí se poder dizer que palavras e expressões literalmente diferentes (ou seja, diferentes no nível das sistematicidades lingüísticas) podem ter o mesmo sentido no interior de uma mesma formação discursiva.

Finalmente, temos um terceiro nível, que é o das manifestações individuais, de domínio de cada falante enquanto produtor de textos e de sentidos. Incluímos aí os falantes em geral, assim como os autores das obras literárias e os próprios narradores das obras literárias. Todavia esse terceiro nível não pode ser considerado totalmente livre, se considerarmos que está determinado pelos outros dois. Como defendia Bakhtin (1929), as consciências individuais somente se constituem, adquirindo forma e existência, nos signos organizados no curso de suas relações sociais.

Considerando-se, pois, esses três níveis, o sentido de um texto está longe de ser inteiramente livre, já que o discurso não é um ato de um sujeito fonte soberana de seus sentidos. A subjetividade se constitui na interação entre indivíduos socialmente organizados, num espaço de liberdade, coexistindo com um espaço de regularidades relativas ao primeiro e ao segundo níveis.

Apesar de o segundo nível, tal como o apresentamos sucintamente, ser o das multiplicidades de significações, deve-se considerar que essas significações não se distribuem num espaço uniforme, cada qual ocupando uma parcela de igual tamanho. Como nos faz ver Bakhtin, aquilo mesmo que torna o signo vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e deformação

1 Empregamos aqui *paráfrase* no sentido de Fuchs (1982).

da realidade. Os grupos dominantes tendem a conferir ao signo, ideológico, polivalente, um caráter de monovalência, procurando apagar os conflitos de toda a espécie. As significações tendem a ser impostas como verdades absolutas.

Dessa forma, os processos discursivos do segundo nível são comumente apagados em nome de uma “evidência de literalidade”. Segundo Pêcheux (1975), elementos do interdiscurso são reinscritos no discurso do sujeito sob a forma de “pré-construído”, que impõe a “realidade” sob a forma de universalidade (“mundo das coisas”). Numa operação de *articulação*, o falante seleciona no interior de uma formação discursiva formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase. Pelo viés dessa operação de articulação, é ocultado do sujeito a sua subordinação à formação discursiva que o determina. Ele “esquece” a relação com a formação discursiva. Essa operação de “selecionar” dá ao sujeito a ilusão de que o sentido do seu discurso se dá pela co-referência dos elementos selecionados, ou seja, no intradiscurso, e não pela referência a uma formação discursiva, por sua vez determinada pelas formações ideológicas.

Analisaremos as ocorrências dos demonstrativos do discurso do Presidente com relação ao segundo nível, isto é, considerando que o *sentido* de uma palavra ou expressão se constitui no espaço de reformulação-paráfrase de uma formação discursiva.

4. Análise dos dados

Sem considerarmos os tradicionais artigos definidos, apuramos no discurso do Presidente 25 (vinte e cinco) ocorrências de demonstrativos, das quais apenas uma (4%) trata-se de exófora ostensiva (ocorrência 2), em que o demonstrativo indicia um objeto presente na situação mais imediata: “*Presidente, eu quero que esta (2) imagem lhe acompanhe até o palácio do governo*”. Se considerarmos a bipartição que Halliday & Hasan (1976) fazem da tradicional anáfora em **anáfora** e **catáfora**, chamando, para tanto, a tradicional anáfora de **endófora**, podemos dizer que a grande maioria das ocorrências é endofórica (17 ou 68%): 11 (onze) anáforas (ocorrências 07, 08, 09, 14, 15, 19, 20, 21, 23, 24, 25), 02 (duas) catáforas (ocorrências 12, 16) e 04 (quatro) ocorrências que parecem conjugar anáfora e catáfora (ocorrências 01, 10, 12, 16). Existe, ainda, uma alta incidência de exófora não ostensiva (07, ou 28 %) (ocorrências 03, 05, 06, 11, 13, 17, 18). Segundo veremos adiante, a maioria dessas ocorrências pode, em certo sentido, ser também anafórica, se considerarmos que tem como referência um enunciado não-dito, mas pressuposto na situação discursiva.

Os dados parecem indicar que a função primeira dos demonstrativos (pelo menos nesse tipo de discurso), não é a dêixis ostensiva, muito embora a tradição gramatical assim o afirme.

4.1. Anáfora demonstrativa e função enunciativa

Examinaremos em primeiro lugar alguns casos de demonstrativos anafóricos marcados em gênero e número.

(4) *Vocês sabem como é difícil para o nordestino se firmar no cenário nacional. Sai do governo de Alagoas, dois anos e dois meses de governo, lutando contra **os poderosos**, contra **aqueles que humilhavam o nosso povo**.*

A observação dessa ocorrência nos leva a poder afirmar que **os poderosos** e **aqueles que humilhavam o nosso povo** são expressões possíveis de serem substituídas uma pela outra, o que equivale a dizer que, no exemplo dado, são co-referenciais. A identidade referencial dessas duas expressões não é contudo um fato de língua. As sistematicidades *linguísticas* do português não prevêm tal sinonímia: “poderosos” = “aqueles que humilham o povo”. Podemos afirmar ainda que a co-referencialidade não é garantida por fatores morfo-sintáticos, ou seja, por marcas formais de gênero e número, pois bem podemos ter duas expressões com o mesmo gênero e número, numa seqüência intradiscursiva, sem que uma retome a outra.

A co-referencialidade, segundo a análise que propomos, é um fato de discurso. No processo discursivo da formação discursiva em que os interlocutores se constituem como sujeitos, permite-se postular tal sinonímia. Constitui uma verdade da formação ideológica que rege essa formação discursiva “o fato” de que é difícil para o nordestino “se firmar no cenário nacional”, dado o preconceito que existe contra o nordestino. Os poderosos, nesse processo discursivo, são os políticos do Sudeste e os ricos empresários dessa rica região; os humilhados são os nordestinos, pertencentes a uma região pobre economicamente, castigada por dificuldades de toda espécie.

O Presidente, rico empresário brasileiro, que não era menos pobre do que seus fortes adversários do Sudeste, e que também não era pouco poderoso politicamente, aproveita-se, *como nordestino*, desse pressuposto ideológico para colocar-se também como vítima do preconceito, podendo, desse modo, identificar-se com o seu interlocutor, com “seu povo”.

Observemos mais esses dois exemplos:

(9) *deixar apenas o alicerce, para, a partir do alicerce bem feito, construir uma nova sociedade, construir um novo Brasil, mais justo, mais fraterno, mais solidário, e é exatamente, minha gente, **nesta toada** que nós estamos caminhando.*

(21) *Eu sei que **todos vocês querem**, porque **este é um sentimento** de Norte a Sul, de Leste a Oeste do país, o povo está querendo*

que suas lideranças políticas encontrem formas e maneiras de poder conviver, de uma forma que traga benefícios e bem estar social para a nossa população carente.

A equivalência de sentido entre “deixar apenas o alicerce bem feito para a partir dele construir uma nova sociedade e um novo Brasil” e “uma toada” (ocorrência 09), não pode ser garantida pelas sistematicidades da língua e nem mesmo pelo processo morfo-sintático do texto. O mesmo se pode afirmar com relação a “a vontade do povo” e “um sentimento” (ocorrência 21).

É no interior de um processo discursivo específico que se estabelece a possibilidade de tal sinonímia. Afirmar a retomada anafórica de **deixar apenas o alicerce, para, a partir do alicerce bem feito, construir uma nova sociedade, construir um novo Brasil** por *esta toada* (9), fora da formação discursiva que constitui os interlocutores enquanto sujeitos, seria compactuar com o absurdo ou com a incoerência.

O mesmo processo discursivo que garante a co-referencialidade acima, garante, também, a retomada de **todos vocês querem** por *este sentimento*.

Como dissemos acima, elementos do interdiscurso se re-inscrevem no discurso do sujeito. Numa operação de *articulação*, o falante seleciona no interior de uma formação discursiva formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase, sem que tenha consciência de sua subordinação à formação discursiva que o determina. “Esquecendo” a relação com a formação discursiva, o sujeito tem a ilusão da novidade, de que está realmente criando coisas novas. O processo de *referência*, que se dá com relação a uma formação discursiva, é apagado de tal forma que o que de fato aparece como evidência é o processo de *co-referência* no interior do discurso do sujeito.

Mostramos em outros trabalhos (Cardoso 1994, 1995), que o funcionamento anafórico repousa quase sempre sobre uma predicação implícita: sob a aparência de uma simples reprise, de uma simples substituição, a segunda menção é quase sempre uma predicação, de modo que a anaforização, que é em princípio um fator de coerência textual, mascara com efeito a adjunção de uma informação, que permite fazer o texto caminhar numa nova direção. Assim, nos exemplos acima, a “reprise” anafórica repousa sobre as seguintes predicções: “os poderosos humilhavam o nosso povo”, “a vontade do povo é um sentimento”, “construir um novo país é uma toada”.

Gostaríamos de enfatizar aqui que essa “reprise anafórica”, de que quase sempre resulta uma predicação, é igualmente regida pelo processo discursivo no interior das formações discursivas. O enunciado que resulta na “nova” predicação é, na verdade, uma re-inscrição dos elementos do interdiscurso no discurso do sujeito, através da operação de *articulação*, em que o falante seleciona no interior de uma formação discursiva dada formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase.

Esse funcionamento discursivo que pleiteamos para os demonstrativos variáveis em gênero e número é extensivo aos pronomes demonstrativos neutros. Esses, por não oferecerem qualquer pista lexical para a identificação do referente, são ainda mais dependentes do mecanismo discursivo que estamos pleiteando para a interpretação dos demonstrativos.

Vejamos este exemplo:

*...o povo está querendo que as suas lideranças políticas encontrem formas e maneiras de poder conviver, de uma forma que traga benefícios e bem estar social para a nossa população carente, e é exatamente **isso** que nós estamos aqui promovendo, o entendimento das diversas facções políticas do país e do Nordeste.*

Na análise que propomos, o referente de **isso** é “a vontade do povo” (“o povo está querendo”). “Vontade do povo” é hiperônimo de “a convivência das lideranças políticas”, “o benefício e o bem-estar social da população carente”, “o entendimento das diversas facções políticas do país”, assim como de *o entendimento das diversas facções políticas do país e do Nordeste*. Propor tal análise equivale a defender uma base referencial comum para “a convivência das lideranças políticas”, “o benefício e o bem-estar social da população carente”, “o entendimento das diversas facções políticas do país”.

Ora, como *fato de língua*, “vontade do povo” não tem uma significação unívoca. Sabemos que a vontade do povo é, na maioria das vezes, a vontade daqueles que o governam e que falam em seu nome. No entanto, no interior dos discursos demagógicos, populistas, de que o discurso do Presidente parece ser um exemplar perfeito, “povo”, “a vontade do povo”, são expressões que são empregadas como se tivessem uma referência unívoca e estável.

Na ocorrência 20, **isso** parece anaforizar uma vasta área textual, de “investir maciçamente no nordeste” a “prosperidade para a população nordestina”:

*Eu não acredito que possamos construir um Brasil desenvolvido se nós não pudermos investir maciçamente no Nordeste, e investimento tem de ser, minha gente, para permitir a implantação de novas indústrias, para desenvolver pólos industriais, de modo a que esses pólos gerem empregos, gerem renda, distribuição de riqueza, enfim, progresso e prosperidade para a população nordestina. É exatamente **isso** que nós estamos tratando de fazer...*

A interpretação proposta mobiliza diversos fatores. Demanda considerar “o investimento (maciço no Nordeste)” hiperônimo de: “a implantação de novas indústrias”, “o desenvolvimento de pólos industriais”, “a geração de

empregos”, “a geração de renda”, “a distribuição de riqueza”, “o progresso”, “a prosperidade (para a população nordestina)”, e fora da condicional do contexto anterior (“se nós não pudermos investir maciçamente no Nordeste”). A hiperonímia em questão é prevista no interior dos discursos neo-liberais, em que “investimento”, “progresso”, “igualdade social” e “desenvolvimento industrial” estão em relação parafrástica. O apagamento da condicional e a substituição do subjuntivo negativo (“não pudermos”), expressão de dúvida, incerteza (atitude subjetiva do falante), pelo indicativo presente (“estamos tratando de fazer” = “estamos investindo”), expressão de certeza, são garantidos por um jogo de pressuposições, das quais uma é a imagem positiva que o Presidente (nordestino) faz de si mesmo e de seu governo e que pressupõe que seu interlocutor (nordestino) também faça.

Como dissemos, expressões diferentes no sistema da língua podem no interior de uma formação discursiva dada terem o mesmo sentido.

Analisemos agora a ocorrência 10. Na análise que propomos, **isso** tem como referente o contexto linguístico anterior e posterior ao mesmo tempo “*não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de cara feia*”, “*eu havia nascido com aquilo roxo*”.

*Vocês me conhecem, e sabem que eu sou homem de enfrentar desafios, eu enfrento todos os desafios que foram colocados diante de mim, não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de cara feia, **isso** o meu pai já dizia, desde quando eu era pequeno, que eu havia nascido com aquilo roxo, e tenho mesmo para enfrentar todos aqueles que querem conspirar contra o processo democrático.*

Para sustentarmos tal análise, é preciso considerar que o discurso do Presidente, discurso que se pressupõe político, incorpora um elemento pré-construído, “Quem é macho nasce com o saco roxo”, produzido no interior de um discurso machista popular. No exemplo ocorre também intertextualidade, se se considerar que existe um intertexto, um fragmento que o locutor efetivamente cita, explicitando inclusive a sua fonte, atribuindo as palavras a seu pai. Todavia, o que parece mais relevante para atribuir o sentido deste texto é o fato de que essas palavras são comprometidas ideologicamente, pertencendo, não a um indivíduo em particular, ou seja, ao pai do locutor, mas a determinado discurso. Em outras palavras, o enunciador de fato dessa “verdade” são todos os sujeitos desse discurso, entre os quais o pai do Presidente e o próprio Presidente, e mesmo a platéia a quem o presidente endereçou o seu discurso (lembremo-nos que a visão do destinatário é incorporada no discurso do enunciador).

Dessa forma, para considerarmos *isso* como anafórico e catafórico ao mesmo tempo, não nos valemos de fatos de língua e nem de aspectos morfo-

sintáticos do texto. Recorremos a um pressuposto ideológico, mais especificamente a uma relação de causa e feito entre “nascer com aquilo roxo” e “não ter medo de assombração ou de cara feia”: “não tem medo de assombração ou de cara feia (efeito) porque nasceu com aquilo roxo (causa)”. Esse pressuposto ideológico constitui no interior do discurso machista popular um verdadeiro enunciado, no sentido de Foucault (1969), enquanto uma unidade de discurso.

4.2. Exófora demonstrativa e função enunciativa

Procuramos, na seção anterior, sustentar a interpretação das anáforas em dois pilares: 1. No processo de interação do discurso: o locutor (nordestino) procura se identificar com o seu alocutário (nordestino). Esse processo procura mascarar um desnivelamento entre o locutor (político poderoso) e o alocutário (pobre sem poder), mascaramento comum nos discursos políticos demagógicos. 2. Nos processos discursivos das formações discursivas que constituem os interlocutores enquanto sujeitos.

O que desejamos ressaltar, agora, nesta seção, é que devemos considerarmos esses dois elementos como pilares também dos casos de exófora demonstrativa. Nesse caso, aquilo que chamamos de *exófora* numa perspectiva estritamente textual (Halliday & Hasan, 1976) terá de ser considerado uma verdadeira *anáfora discursiva*. Em outros termos: considerando-se exclusivamente um mecanismo de **co-referência**, a nível do discurso de um sujeito, haverá um caso de exófora; considerando-se um mecanismo de **referência**, em que os sentidos são determinados pelos processos discursivos, no interior das formações discursivas, haverá uma ocorrência de anáfora.

Vejamos com um exemplo:

*Eu quero que vocês aproveitem **essa** chuva que caiu por aí, para que possa plantar, e rezar a Deus, com a ajuda de frei Damião, para que venha em seguida, uma água que dê para regar, frutificar e nós termos uma boa colheita este ano, com a graça de Deus.*

Podemos considerar esse exemplo um caso especial de anáfora, em que é feita uma retomada, não propriamente textual, mas discursiva, dos já-ditos que sustentam o discurso. “Essa chuva” relaciona o discurso do Presidente, enquanto acontecimento, com um conjunto de formulações pressupostas, situadas no interior do discurso do cotidiano do nordestino do sertão, castigado pelo problema da seca. “Essa chuva”, em “essa chuva que caiu por aí”, no discurso do Presidente não significa, pois, “a chuva”, ou “qualquer chuva”, “aquilo que é chuva”, mas “chuva rara, preciosa, abençoada”, “a chuva do sertão cearense que cai somente de vez em quando, mas quando vem, vem quase santificada, como prenúncio de salvação”. E o mais importante:

“chuva da qual se fala sempre no Nordeste (e no resto do país, quando se fala do Nordeste), caindo ou não”.

Os elementos com que se faz referência à “chuva”, no Nordeste, mesclam-se quase sempre a elementos religiosos, já que o discurso religioso constitui em grande parte o discurso do cotidiano do nordestino. Daí o tom quase sagrado de “essa chuva”, que pode ser confirmado pela seqüência intradiscursiva: “para poder plantar e a rezar a Deus, com a ajuda de frei Damião”, “que venha em seguida uma água que dê para regar, frutificar”, “nós termos uma colheita esse ano com a graça de Deus”. É ao universo do discurso dos interlocutores do Presidente, que o demonstrativo remete. O que está sendo, pois, trazido para o acontecimento discursivo, para ser reavaliado, são avaliações ideológicas situadas nesse eixo vertical da memória do discurso, ou no seu *processo discursivo*.

Em outras palavras, “chuva”, determinada pelo demonstrativo, não constitui um signo linguístico como um elemento de dicionário, mas um verdadeiro signo no sentido de Bakhtin, ou seja, sujeito a avaliações ideológicas.

O demonstrativo no exemplo considerado tem uma função específica, que não poderia ser cumprida por um elemento de uma outra classe gramatical, como o artigo. Em outros trabalhos (Cardoso, 1994 e 1995), usando os dados do NURC-SP, mostramos que esse emprego do demonstrativo, que chamamos de “pressuposicional”, se manifesta com extrema riqueza na língua oral:

- (1) *para fazer uma obra de arte... mais ou menos... a gente se dispõe... a gente pára **aquela** vida cotidiana da gente...* (EF SP 405:157)
- (2) *tanto que houve **aquela**...blá blá blá aí de:...desapropria ali o Colégio* (D2 SP 343:417)
- (3) *nós entramos ali no **aquele** arroz unido venceremos* (D2 SP 62:227)
- (4) *não tem como apresentar uma justificativa de cobrar **aquele** preço que eles cobram* (D2 SP 62:1314)
- (5) *então ele não tem **aquela** preocupação que NÓS brasileiros temos...o brasileiro tem **aquela** preocupação de ter a casa própria dele* (D2 SP 62: 1163-1164)

Empregado fora da demonstração propriamente dita, e sem estar anaforizando um elemento anterior materialmente presente no contexto linguístico, o demonstrativo nesse funcionamento exofórico (e, contudo, anafórico, se considerarmos o eixo histórico mais amplo das formações discursivas) tem a função de apontar para esse domínio do “não dito”, de modo a unir o discurso que se constrói na interlocução com o interdiscurso no interior do qual se encontram elementos prévios, necessários para a constituição da referência.

Isso equivale a dizer que esse caso de anáfora demonstrativa exofórica (tanto quanto o caso de anáfora examinado mais acima) constitui um lugar privilegiado de contato que o discurso enquanto acontecimento mantém com seu exterior específico ou com o domínio de sua referência.

Da mesma forma que a anáfora pronominal demonstrativa, esse caso de anáfora exofórica é uma paráfrase discursiva, ou seja, uma forma de reavaliação discursiva de referentes. Faz-se referência a certos pressupostos discursivos, os quais acabam sendo reavaliados no discurso que se constrói na interlocução, o que equivale a afirmar que os referentes dos demonstrativos são constituídos discursivamente, num processo contínuo de reconstrução.

Conclusão

A tradição lingüística, e também a filosófica têm valorizado as pressuposições veiculadas por sintagmas nominais articulados. As pressuposições veiculadas por demonstrativos são contudo ignoradas. Essa desconsideração talvez se deva ao fato de se entender que a função dos demonstrativos, “os signos mais dêiticos que existem”, seja a de **mostrar** os referentes, de modo a garantir aquilo que se convencionou chamar de função designativa da linguagem. Estender a pressuposição aos demonstrativos equivaleria a abalar as bases do único espaço referencial em que a linguagem poderia se relacionar diretamente com o mundo.

Procuramos, neste trabalho, colocar em causa esse fosso entre a função anafórica e designativa dos demonstrativos e os pressupostos discursivos, interpretativos, ideológicos. Mostramos, com alguns exemplos, a necessidade de rompermos, de uma vez por todas, com essa tradição que insiste em manter o nível referencial dos pronomes anafóricos, ditos “substitutos”, fora das coordenadas históricas da enunciação. Procuramos, também, chamar a atenção para um emprego do demonstrativo, não reconhecido pela tradição, contudo bastante freqüente na língua oral, em que o demonstrativo “exofórico” parece unir de uma maneira mais evidente dois espaços enunciativos, o espaço do aqui e o agora do acontecimento discursivo e o espaço dos pressupostos discursivos, constituído de já-ditos, que sustentam o discurso enquanto acontecimento.

O demonstrativo, segundo a análise que propomos, não aponta, pois, apenas para objetos presentes na situação imediata ou para seqüências textuais anteriores ou posteriores, mas tem também a função de apontar para esse domínio do “não dito”, de modo a unir o discurso que se constrói na interlocução com o interdiscurso no interior do qual se encontram elementos prévios, necessários para a constituição da referência.

Por outro lado, não pretendemos igualar as pressuposições veiculadas pelos artigos e as veiculadas pelos demonstrativos. Os demonstrativos e os artigos não veiculam as mesmas pressuposições. Conforme procuramos

demonstrar, o demonstrativo veicula pressupostos já avaliados num determinado espaço enunciativo, ou no espaço vertical da memória do discurso, espaço constitutivo da referência do discurso.

Procuramos evidenciar ainda a heterogeneidade constitutiva do discurso político demagógico brasileiro, formado de elementos de outros discursos: discurso machista popular, discurso do cotidiano, discurso religioso.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988. (trad. bras. com base na trad. francesa, de 1977, do original russo de 1929)
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. (Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha). Leitura e anotações de M.L.C. Buescu/Lisboa: Faculdade de Letras, 1971
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de lingüística geral I*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1988. p. 277-83. (trad. bras. de *Problèmes de linguistique générale*, 1966)
- CARDOSO, Sílvia H.B. *Demonstrativo, dêixis e interdiscurso*. Campinas, 1994. Tese (Doutorado em Lingüística) - UNICAMP.
- _____. Demonstrativos e fio do discurso. *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 18-31, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. (trad. bras. de *L'archéologie du savoir*, 1969)
- FUCHS, Cathérine. La paraphrase entre la langue et le discours. In: _____. *Langue Française*. n. 53, p. 23-33, 1982.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Rukaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988. (trad. de Les vérités de la Palice, 1975).

